

GUATÓ

Turismo ameaça "Canoeiros do Pantanal"

A presença cada vez mais intensa de pescadores e turistas na ilha Ínsua, território dos Guató, ameaça o equilíbrio ecológico na região e insita os índios ao confronto

Maucir Pauletti e Nereu Schneider*

A terra

O turismo de pesca, altamente estimulado por agências de turismo de Corumbá (MS), transformou-se em grave preocupação para o povo Guató. A área onde vivem, rica em caça e pesca, está sendo alvo de pescadores profissionais e turistas que invadem os alagados e comprometem a manutenção da fonte básica de alimentos e, conseqüentemente, a integridade física e cultural desse povo que tem uma relação perfeita com o ecossistema da região.

Emboia tenham garantido a posse de 10 mil 900 hectares, conforme Portaria nº 309/96, do Ministério da Justiça, os Guató não conseguiram ainda que a Funai promovesse a demarcação das terras. Não há delimitação, fiscalização ou muros que impeçam a entrada de invasores. Em março, vários barcos de pescadores que exploravam as lagoas próximas à ilha Ínsua, onde vivem os Guató, foram apreendidos. Os índios garantem que não vão permitir a pesca predatória. Há, portanto, riscos de conflitos na área.

Outras ameaças

Até bem pouco tempo, o projeto da Hidrovia do Rio Paraguai constituía-se em outra séria ameaça à comunidade Guató. Os índios chegaram a participar de discussões sobre as possíveis conseqüências da efetivação da hidrovia, um projeto que tornava navegável o rio Paraguai para grandes embarcações, desde Corumbá (MS) até a Argentina, passando pelo Paraguai, como corredor de escoamento de produtos e de acesso ao chamado ecoturismo. O embargo da hidrovia deixa o povo Guató mais tranquilo.

Entretanto, outro projeto articulado pelos governos de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul põe esse povo em alerta. É o "Projeto Pantanal", financiado pelo Bird. Seus idealizadores asseguram tratar-se de projeto de desenvolvimento do Pantanal e de sua gente, incluindo af as comunidades indígenas. Por mais de uma vez, representantes da Funai, da Fundação de Cultura, da Secretaria de Turismo e da Companhia de Saneamento do estado estiveram na área indígena, fazendo um levantamento da realidade Guató, principalmente no que se refere às condições do solo para perfuração de poços e colocação de bombas d'água sobre a lagoa Uberaba.

Para os índios, o governo quer dotar as diversas comunidades pantaneiras de infraestrutura básica e saneamento para implementar o "turismo ecológico" na região.

A comunidade Guató se inquieta, pois, com a chegada de autoridades, projetos e turistas, há sempre o risco de interferências na vida do grupo como um todo, sobretudo de reduzir os recursos naturais, dos quais o povo Guató depende para sobreviver.

A luta dos Guató pela posse de suas terras tradicionais se arrasta há anos. Conhecidos também como "Canoeiros do Pantanal", os Guató somam hoje aproximadamente 700 índios, às margens do rio São Lourenço, em Corumbá, e em outras vilas de pescadores espalhadas pelo Pantanal, próximo ao município de Corumbá.

Tiveram sua terra identificada pela Funai, sob a coordenação do antropólogo Paulo Alves Cardoso, em 1985, e, em 1992, o Ministério da Justiça declarou de posse permanente indígena para efeitos de demarcação toda a ilha Ínsua, que totaliza 12 mil 716 hectares.

No mesmo ano, a Funai constituiu novo grupo para proceder a demarcação física, mas

Foto: Alfredo da Assunção



A pesca e o roçado garantem sobrevivência do povo

por indefinições prévias junto ao Exército, este não permitiu a demarcação. Houve inclusive um acordo entre Exército e índios, já que a área fica em faixa de fronteira com a Bolívia. Parte da área foi reduzida em favor do Exército e compensada com a incorporação de outras ilhas próximas como áreas de perambulação e pesca.

Mas a terra dos Guató encontra-se em área de preservação ambiental, com abundância de recursos naturais, o que atrai a atenção do chamado "turismo ecológico". Eles têm pressionado a Funai para que faça a demarcação, mas o órgão alega falta de recursos. Junto ao Cimi, eles sondam a possibilidade de alocação de recursos para que efetuem a autodemarcação.

* Cimi - MS.

Guató - o povo

Das 25 famílias que habitavam a área indígena logo após a retomada, estão agora na ilha 24. A família que saiu, da qual a mulher era Guató, não se adaptou. Na verdade, nem bem havia se alojado na ilha, visto que nela vivia, permanentemente, apenas o homem. A mulher e as crianças, todas em idade escolar, moravam em Corumbá. Segundo os Guató, eles não se adaptaram porque estavam acostumados à vida em fazenda, onde trabalhavam com gado e, assim, obtinham, visivelmente, mais lucro e benefício pessoal.

Nesse momento, os Guató pretendem convidar outras famílias a voltar para a ilha. Porém, querem fazê-lo de forma lenta e gradual. Já contactaram e convidaram a morar na área duas famílias residentes na Reserva

Ambiental do Caracará, administrada pelo Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF). Ali vivem dona Júlia, os irmãos José e Veridiano Caetano e o filho Vicentinho. Têm informação de mais duas famílias que estariam residindo numa fazenda, em área também administrada pelo IBDF, já na parte pertencente ao estado de Mato Grosso. Querem também procurá-los.

Pretendem subir o São Lourenço, até as cidades de Cáceres e Cuiabá (MT), visitando famílias Guató que estariam habitando à beira do rio. De Cuiabá, viajarão até Poconé para visitar outras famílias. Há notícias, ainda, de famílias que estariam morando na região do "Descalvado", no rio Paraguai, na colônia de pescadores "São Domingos", no rio Taquari, entre os índios Kadivéu, na Serra da Bodoquena e na cidade de Aquidauana.

As famílias residentes na ilha criaram um conselho para melhor administrar e gerenciar a vida e enfrentarem os desafios do dia-a-dia.

O que fazem

Cada família Guató tem sua roça particular. Quem mais tem recebido auxílio no roçado é a família do cacique que passa bom tempo fora da aldeia em busca de recursos à comunidade. Algumas famílias também cultivam arroz. Muito bem colhido, despertando inclusive o interesse da Marinha, que solicitou amostras.

O armazenamento do produto é feito por família. O feijão é batido, encasacado e armazenado em casa. Muitos têm depósitos para armazenar o milho usado para alimentação dos animais e para semente. Possuem outras culturas permanentes como mandioca, abóbora, cana e banana.

Praticamente todas as famílias criam galinhas e algumas criam também um ou dois porcos. Pensam em criar porco selvagem. Para tanto, já construíram um chiqueiro, na região denominada de Carandá, onde também está o gado. Para a obtenção de produtos como óleo, açúcar, sabão, café, mate e sal, eles permutam no Porto Índio.

Com a pesca sistemática, a prática de troca tem diminuído, isso porque passaram a comprar os produtos que necessitam com o dinheiro da venda do pescado.

Um dos moradores da ilha, Alfredo Assunção, manifestou grande alegria ao conseguir comprar este ano o açúcar, arroz, óleo, trigo, café e mate, com o dinheiro da venda do pescado. Afirmando nunca ter feito compra semelhante. Sempre remava até o porto, cerca de três horas para ir e outro tanto para retornar, e não conseguia tantos produtos com a troca dos peixes.

O sistema de pesca dos Guató é individual. Saem para pescar juntos. Ficam cerca de quatro a cinco dias pescando. Cada qual faz sua pescaria que, ao final, é pesada e anotada. Atualmente, o presidente do Conselho é o responsável por levar o peixe a ser vendido em Corumbá - cerca de R\$ 2,00 o quilo - na Colônia dos Pescadores. Quem leva o peixe para vender, também leva a lista de compras e encomendas dos pescadores para levar de volta à aldeia.

A carne também é base alimentar dos Guató. Não raro saem para caçar capivara, jacaré, veado. O fazem em separado ou conjuntamente.

Maucir Pauletti e Nereu Schneider